

**TABELA 1.4**  
**Brasil, Nordeste e Pernambuco: Produto Interno Líquido — 1947-67**  
**(A Custo de Fatores)**  
**PRODUTO INTERNO LÍQUIDO, C.F. (VALORES EM CR\$ 1.000.000)**

Anos	Pernambuco <sup>(1)</sup>	Nordeste <sup>(2)</sup>	Brasil <sup>(3)</sup>	( <sup>1</sup> )/( <sup>2</sup> ) (%)	( <sup>1</sup> )/( <sup>3</sup> ) (%)
1947	5,76	22,1	141	26	4,1
1948	6,85	25,4	166	27	4,1
1949	7,59	28,5	196	27	3,9
1950	9,11	34,6	233	26	3,9
1951	10,80	38,8	271	28	4,0
1952	11,80	45,9	337	26	3,5
1953	13,60	51,7	399	26	3,4
1954	18,1	69,7	523	26	3,4
1955	21,7	85,7	665	25	3,3
1956	29,8	115	840	26	3,5
1957	37,4	142	1.025	26	3,6
1958	43,8	158	1.200	28	3,7
1959	57,3	236	1.616	24	3,5
1960	79,4	338	2.246	24	3,5
1961	120	485	3.380	25	3,6
1962	205	852	5.533	24	3,7
1963	393	1.484	10.017	26	3,9
1964	732	2.926	19.083	25	3,8
1965	1.151	4.709	30.147	24	3,7
1966	1.517	6.195	42.905	24	3,5
1967	2.122	8.789	57.972	24	3,7

FONTE: FGV, Conjuntura Econômica, vol. 24, nº 6, 1970.

Muitas outras informações, sobretudo sobre os setores de produção, podem ser citados, como, por exemplo, o fato de haver declinado a participação da indústria e da agropecuária de Pernambuco na economia nordestina, pelo menos até 1967.

Na verdade, enquanto de 1949 a 1967 a agropecuária cresceu em Pernambuco cerca de 118%, a do Nordeste cresceu 130%. Pior ainda foi o comportamento da indústria em Pernambuco que cresceu, naquele período, cerca de 114%, enquanto no Nordeste o crescimento foi de 148%. Apenas para as atividades terciárias (comércio, administração pública, finanças, serviços pessoais, etc.) o nosso ritmo de au-

mento foi praticamente equivalente ao do Nordeste. Assim, as taxas anuais de crescimento nos três setores, de 1947 a 1967, foram:

Agricultura		Indústria		Serviço	
NE	PE	NE	PE	NE	PE
4,7	3,8	5,2	4,5	6,0	6,1

A esse respeito é eloqüente a seguinte tabela:

**TABELA 1.6**  
Pernambuco e Nordeste: Índices do crescimento real do Produto Interno Líquido  
A custo de fatores, por setores — 1947-67

Anos	ÍNDICES DO PIL c.f. (1949 = 100)					
	Pernambuco			Nordeste		
	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
1947	104	88,5	95,6	91	91	96
1948	109	90,5	98,2	95	92	98
1949	100	100	100	100	100	100
1950	108	103	106	105	103	106
1951	105	95,9	114	94	97	114
1952	99,7	95,9	126	99	105	127
1953	111	95,2	120	103	105	120
1954	125	107	137	116	116	137
1955	120	109	141	119	126	141
1956	125	134	148	125	153	148
1957	141	137	175	134	167	175
1958	131	143	179	121	184	179
1959	148	156	185	143	221	187
1960	161	162	215	154	224	215
1961	158	176	232	161	230	233
1962	178	180	250	173	214	250
1963	192	180	261	185	220	262
1964	184	198	268	187	252	267
1965	200	275	202	202	257	277
1966	195	184	284	201	238	284
1967	218	214	310	230	248	309

Fontes: Dados básicos: FGV — IBRE — CCN, IPEA — MINIPLAN — CONDEPE.

Pode-se argumentar que, a partir de 1967, o Estado pode ter-se recuperado. Mas isto não aconteceu.

Se tomarmos, por exemplo, o consumo industrial de energia elétrica, entre 1966 e 1971, observa-se o seguinte comportamento:

CRESCIMENTO CONSUMO ENERGIA ELÉTRICA (1960/71)	
Estados ou Regiões	%
Pernambuco	64%
Bahia	178%
Nordeste	108%

No que se refere à agropecuária, o desempenho do Estado, com relação a alguns produtos, indica que não foi grande a contribuição deste setor: entre 1967 e 1971, a produção de cana-de-açúcar declinou, idem a de algodão em caroço, o mesmo ocorrendo em relação ao efetivo bovino do Estado.

Tudo isto se reflete, evidentemente, no nível de vida do habitante de Pernambuco, a partir das condições de trabalho existentes. No que se refere à ocupação da força de trabalho, isto é, da população que demanda emprego, as informações oficiais do PNAD — Programa Nacional de Amostragem — através da Fundação IBGE, mostram para o 4º trimestre de 1972 as seguintes taxas de desemprego, que estabelecem o percentual das pessoas em situação de desocupação (desocupados + pessoas que trabalham menos de 15 horas semanais + pessoas de 20 a 39 anos que embora ocupadas não são remuneradas) em relação com o total da força de trabalho.

**TAXAS DE DESEMPREGO — 1972**  
PNAD — Fundação IBGE

ESTADOS E REGIÃO	Taxa de Desemprego	
	Total	Urbano
Pernambuco	9,6	7,4
Bahia	9,4	5,8
Total do Nordeste	8,8	5,8

Como se vê, Pernambuco apresenta, também neste particular, a pior situação, sobretudo nos centros urbanos, onde provavelmente o Grande Recife tem influência relevante.

Ainda com relação à ocupação, se, do total de pessoas ocupadas (autônomos, empregadores, empregados), retirarmos a categoria de empregados, e verificarmos os seus níveis de remuneração, observaremos que dos 770 mil empregados no Estado, no 4º trimestre de 1972, 532 mil, ou seja, 69%, recebiam remuneração mensal de até 1 salário mínimo.

Rubens Costa, em palestra pronunciada na Academia Pernambucana de Letras, em 20 de setembro de 1974 afirma:

“Quarenta e cinco por cento dos trabalhadores pernambucanos dedicam-se às lides rurais. Quase um terço dos que laboram no campo, no entanto, são classificados como “membros da família, sem remuneração”, isto é, não recebem qualquer contraprestação em dinheiro pelo seu traba-

lho. Dos 243.000 trabalhadores rurais que eram pagos exclusivamente em dinheiro, 99% recebiam até um salário mínimo, sendo que 25% ganhavam até 1/4 do salário mínimo, 46% de 1/4 a 1/2 salário mínimo e 28% de 1/2 a 1 salário mínimo. Evidentemente, tal estrutura de remuneração do trabalho rural não torna o campo mercado importante, nem a agricultura atividade atraente.

Esta grave situação pode ser vista de outro ângulo. Segundo dados publicados pelo IBGE, das 756.000 pessoas que exerciam atividades agropecuárias em 1969, 712.000 (94%) declararam ser "trabalhadores de renda". É evidente que o labor humano apoiado no mais rudimentar dos instrumentos de trabalho e desassistido de força motriz só pode ter baixíssimo rendimento. Daí porque é inaceitável o nível de vida e inadequados os padrões de consumo, saúde, educação e nutrição de grande parte da população rural de Pernambuco."

Por trás disso está toda situação do subemprego, que foi também captado pelo Censo Demográfico de 1970, levantado oficialmente pela Fundação IBGE do então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Através desse levantamento verificou-se que:

- 1) de 770 mil pessoas ocupadas no Estado, em atividades comerciais, 33 mil eram classificadas como **vendedores ambulantes**;
- 2) de 111 mil ocupados na atividade de prestação de serviços, 97 mil eram **empregados domésticos, engomadeiras, lavadeiras, etc.**
- 3) do total dos classificados como **engajados em outras atividades**, cerca de 123 mil, 20 mil constituíam **trabalhadores braçais sem especificação da profissão**, 21 mil em ocupações mal definidas e 16 mil procurando trabalho pela primeira vez, isto é, **desempregados**.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os dados que aqui arrolamos, e outros que constam dos quadros que integram este nosso pronunciamento, mostram a necessidade que tinha Pernambuco de sair do atraso e sobretudo da situação de retardatário do processo de crescimento regional. Mas, como fazê-lo?

Ainda no último dia 10 dizia, pela imprensa, o Engenheiro Gerson Teixeira da Costa, Professor da Universidade Federal, que o desenvolvimento do nosso Estado "obedece a uma evolução que acentua cada vez mais o desequilíbrio entre as necessidades reais de sua população e a desejável oferta de bens, num contexto nacional que o situa cada vez mais pobre".

O Governo de Pernambuco, que há pouco findou, não pôde fugir — *nem poderia fazê-lo* — a essa realidade, cada vez mais angustiante.

Entendendo que à indústria caberia desempenhar papel relevante na dinamização e transformação do nosso processo de crescimento econômico, reconheceu ser necessária a criação de condições para um surto maior de industrialização.

Surgiu, então, o Projeto Integrado de Suape, constituído pelo terminal oceânico e centro industrial adjacente, como a grande e talvez única solução para o atraso econômico de Pernambuco.

Na última campanha eleitoral, Suape era apresentado como a realização maior do Governo de então.

Nos programas de TV apareciam, até, navios manobrando, entrando e saindo no Porto que, de fato, não existia.

No interior do Estado, perguntavam-nos se já havíamos visitado as obras de Suape. É que a idéia, que existia apenas na cabeça de alguns e nas pranchetas oficiais, fora vendida, pela propaganda *dirigida, como coisa consumada, real, palpável e irreversível*. Nesse sentido, terá havido um verdadeiro engodo à opinião pública.

É preciso que se reponham as coisas nos seus devidos lugares e que, antes de mais nada, honestamente, esclareça-se ao grande público, que o que existe, simplesmente, são estudos de base, visando à construção de um complexo industrial com terminal marítimo.

Em segundo lugar, informe-se que, ao contrário do que tem sido alardeado, o Governo federal ainda não encampou a iniciativa, pelo

menos em termos de execução, estando na expectativa de constatar, antes, a viabilidade de sua implantação, de forma que assegure utilização econômica e racional, que justifique os vultosos recursos que sua concretização exige.

Com efeito, conforme podemos constatar pela consulta de documentos legais ao nosso alcance, apenas o II Plano Nacional de Desenvolvimento refere-se a Suape, e isso uma única vez, quando especifica objetivos que, "na Região Nordeste, a estratégia urbana procurará alcançar". Basta dizer que não há, em favor desse empreendimento, verba específica alguma, nem na Lei Orçamentária, nem no Orçamento Plurianual de Investimentos.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco)** — Com muita honra, Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Visa nossa intervenção, apenas informar a V. Ex<sup>a</sup>, Relator que fomos do Plano Nacional de Viação, quando tramitou o projeto em questão por este Congresso, especificamente por esta Casa, repondo a verdade dos fatos e fazendo justiça a quem deve: foi uma das solicitações expressas que recebemos do Ministério dos Transportes, a inclusão, com aceitação de emenda, justamente pertinente ao complexo de Suape. E nós, como cearenses, neste momento, fazendo coro com as reivindicações dos irmãos pernambucanos, prazer muito tivemos em assim proceder, encampando parecer do eminente Senador Alexandre Costa.

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco)** — Parece-nos altamente valiosa a contribuição trazida pelo nobre Senador Virgílio Távora, que vem exatamente ratificar a afirmação, que aqui fizemos, de que o Governo Federal não está alheio ao assunto, mas na expectativa da viabilidade do empreendimento a que Pernambuco se propõe. Poderíamos acrescentar mais: haveria, do Ministério dos Transportes, o propósito de até mesmo reduzir os investimentos para o atual porto de Recife, para o qual existem verbas no montante de 271,9 milhões de cruzeiros, em favor de uma possível construção futura de Suape, redimensionando assim os investimentos, caso, exatamente, se comprove a viabilidade daquela grande obra.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos procurando, com muita isenção, fazer um relato do que existe a respeito desse complexo industrial com terminal marítimo porque, na verdade, parece ter havido adocamento na maturação da idéia, que não foi precedida por uma ampla abertura de debates, junto aos meios técnicos e científicos do País. Nem se apresentou, até hoje, o leque das alternativas estudadas para justificar a prioridade que se deu a Suape. Tudo faz crer que o Governo estadual tomou uma simples decisão política unilateral em torno de um problema que, sendo essencialmente econômico, estava a exigir opção consciente entre possibilidades várias, visando quebrar o nosso círculo de miséria.

Isso não nos impele, entretanto, a uma atitude de represália, colocando-nos contra um empreendimento que poderá, sem dúvida alguma, dinamizar o ritmo do nosso progresso. O fato de que não existe, hoje, capacidade de produção, ou de movimentação de cargas, que justificasse o porto, não invalida o projeto. Pelo contrário é, de uma certa forma, a sua justificativa, pois Suape propõe-se, exatamente, a ser um dos fatores detonadores de um grande surto de industrialização dinâmica regional. Servirá de infra-estrutura básica para novos investimentos, gerando, no final das contas, demandas futuras. Terá relevante papel em relação ao POLONOR-DESTE, possibilitando verdadeiros corredores de exportação e transformando-se em excepcional entreposto de mercadorias para toda a região — daí advindo facilidades de crédito, empregos, etc. É de excepcional importância, igualmente, em termos da área metropolitana do Grande Recife.

O pólo de fertilizantes do Nordeste, compreendendo Fosfatados, Nitrogenados e Potássicos, está intimamente ligado à definição final da exequibilidade de Suape. A Refinaria de Petróleo, por

cuja localização em Pernambuco tanto nos temos batido (veja **Diário do Congresso Nacional** de 25-5-72), é um outro pleito que adquire mais força, ainda, em função desse projetado complexo industrial, com seu terminal marítimo.

Mas, os caminhos percorridos pela administração pública, o atabalhoamento com que se conduziu a coisa — poderíamos até dizer o tratamento folclórico que se deu ao problema — fazem com que, ainda agora, levantem-se dúvidas e inquirições a seu respeito.

Aqui temos, a propósito, manifesto subscrito recentemente por intelectuais do Estado; a resposta que lhe deu o Governo de Pernambuco; o requerimento de convocação do Secretário de Indústria e Comércio para prestar esclarecimentos à Assembléia Legislativa de Pernambuco; a réplica dos cientistas — documentos esses que pedimos sejam transcritos como parte integrante deste pronunciamento.

O problema Suape foi posto na Ordem do Dia por homens que estão acima de paixões partidárias. Não temos dúvidas em afirmar que merecem eles — e a opinião pública despertada para a questão — os mais exaustivos esclarecimentos. Os responsáveis por esse complexo industrial têm que aceitar o desafio e demonstrar o acerto de iniciativa tão custosa, em meio ao cenário de pobreza em que vivemos.

Ninguém pode ser contra um complexo industrial portuário que venha tornar mais dinâmico o ritmo do nosso progresso. O problema todo é saber de sua efetiva viabilidade técnica e econômica, dos seus reais benefícios sociais, das suas conseqüências favoráveis e até dos seus possíveis aspectos negativos. Cremos, sinceramente, que o Governo possa demonstrar tais coisas, exaustiva e tranqüilamente.

É preciso ser a favor de Suape, não apenas porque vá carrear recursos para aquela Região, mas, pelo fato que se possa demonstrar ser ele, entre outras possíveis, a alternativa mais válida e oportuna para todos nós.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco)** — Com muita satisfação.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Nobre Senador, dividamos a questão em duas partes: a primeira, tão bem percutida por V. Ex<sup>a</sup> e que diz respeito à ação do Governo estadual, dessa somos inscientes. Mas, podemos adiantar a V. Ex<sup>a</sup>, quanto àquela outra de responsabilidade do Governo Federal, que, justamente, neste momento — e acreditamos nós que o colega indicado pela liderança para tratar de Transportes, talvez, percuta o assunto — um corredor de exportação está sendo montado, com aplausos de todos nós, do Nordeste, tendo por base o complexo de Suape. O Ministério dos Transportes tem hoje, em seu gabinete técnico, inicialmente, um estudo detalhado, como obra prioritária no Nordeste e, futuramente, a implantação de um grande corredor de transportes, justamente, na terra de V. Ex<sup>a</sup>, tendo por suporte a espinha dorsal ferroviária de seu Estado e o futuro porto de Suape. Era um esclarecimento que gostaríamos de dar a V. Ex<sup>a</sup> em defesa daquilo que julgamos certo: o procedimento do Governo Federal. Quanto à rapidez ou não da medida tomada pelo Governo do Estado, não somos dela cientes; mais dados certos e basilares informam a decisão — essa sim — do Governo Federal, ante a determinação da autoridade maior na sua unidade federativa — no caso, Pernambuco — em criar o Porto de Suape.

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco)** — Mais uma vez agradecemos a intervenção do nobre Senador Virgílio Távora, que, para alegria nossa, não contradiz em nada o nosso pronunciamento.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — E não estamos contradizendo a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco)** — Estou apenas assinalando esse fato com satisfação, porque o grande corredor de exportação do Nordeste virá representar, sem dúvida alguma, um passo importantíssimo no nosso desenvolvimento regional. Mais ainda;

procuramos mostrar com isso, que essa obra se pautará, incontavelmente, dentro da melhor orientação, desde que seja dirigida exatamente para o terminal marítimo de Suape.

Por isso mesmo é que aqui estamos procurando examinar, com toda objetividade, a questão que foi posta pelos intelectuais do nosso Estado.

Como Senador da República e representante dos interesses de Pernambuco, nesta Câmara Alta, consciente da responsabilidade que temos sobre nossos ombros, recusamo-nos, com efeito, a tomar uma posição passional em torno do assunto. Adotando uma posição de isenção e serenidade, teremos autoridade para defender em favor de Suape, pela envergadura mesmo dessa obra ciclópica, a cobertura do Governo da União. Sem ela não teria sido possível, antes, a Transamazônica, nem seria, possível, hoje, a Hidrelétrica de Itaipu ou a construção do Porto de Itaquí.

Suape terá que ser, também, colocado em termos de redenção de uma região. Não será jamais, obra de um Governo, nem sequer de um simples Estado membro. Há de ser empreendimento empalmoado pelo Governo Federal, sob pena de sua inexecutabilidade. Portanto, neste ponto, mais uma vez rejubilamos-nos com a posição aqui externada pelo Senador Virgílio Távora, em relação ao apoio do governo, porque nos vem, exatamente, confortar, mostrando que, como afirmamos de início, o Governo Federal está sensibilizado para o problema, embora ainda não comprometido com sua execução. E diga-se, por um dever de justiça, que tem mesmo contribuído financeiramente, para a elaboração dos estudos que prosseguem, inclusive os do Plano Diretor de Suape.

**O Sr. Mauro Benevides (Ceará)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco)** — Pois não, tão logo concluamos o pensamento.

Nem poderia ser de outra forma. Basta dizer que o orçamento de Pernambuco, para 1975, incluindo administração direta e indireta, é de apenas 2,2 bilhões de cruzeiros e o custo total da infra-estrutura, desse complexo industrial e marítimo, é estimado em 2 bilhões de dólares.

Com muito prazer, ouvimos o nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides (Ceará)** — Nobre Senador Marcos Freire, os nossos aplausos a V. Ex<sup>a</sup> por trazer a debate, na tarde de hoje, um assunto que se liga não apenas ao interesse do seu Estado, Pernambuco, mas, também, à toda região a que pertencemos, V. Ex<sup>a</sup> e eu, à Região Nordeste. Nota-se que há, realmente, em torno desses grandes empreendimentos, uma consciência já bem formada no Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> recebeu esse memorial dos intelectuais de Pernambuco. No último fim de semana, o Senador Virgílio Távora e eu estivemos no Ceará e recebemos também, das classes empresariais, uma série de reivindicações ligadas ao desenvolvimento do Ceará e que, oportunamente, haveremos de trazer ao conhecimento deste Plenário e das autoridades do Governo Federal. Neste fim de semana, acompanhamos, no Ceará, os assessores do Ministério da Indústria e do Comércio que para lá se deslocaram em conseqüência de debate que aqui se travou entre mim e o nobre Senador Virgílio Távora, quando focalizamos aspectos relacionados com as dificuldades por que passa a indústria cearense. Acredito que debates como esse que V. Ex<sup>a</sup> comanda, nesta tarde, neste plenário — não há dúvida — engrandecem esta Casa e nos dão a consciência exata de que estamos cumprindo nosso dever. Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco)** — Agradecemos, sobretudo, o aparte do ilustre Senador Mauro Benevides que, como nós, homem do Nordeste, conhece de perto a problemática regional, as dificuldades com que todos nos debatemos e, sem dúvida alguma, com o espírito desarmado, independentemente de cor partidária, continua no esforço comum em busca de soluções para as nossas mais graves questões.

**O Sr. Osires Teixeira (Goiás)** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco) — Com muita honra, nobre Senador.

**O Sr. Osires Teixeira** (Goiás) — V. Ex<sup>a</sup> sabe, como o Plenário igualmente, que é dono de uma dialética excepcional.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco) — Obrigado.

**O Sr. Osires Teixeira** (Goiás) — Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que o início do seu pronunciamento chegou a me arrepiar dada à desgraça total que V. Ex<sup>a</sup> traçava do Nordeste. Para felicidade nossa e da Nação V. Ex<sup>a</sup>, logo após o "nariz de cera" do seu discurso, entra no ponto central que é a defesa de Suape. Confesso — e a Casa também o sabe — que não sou um especialista em assuntos do Nordeste, todavia, Suape não é somente problema nordestino, mas também brasileiro, da mesma maneira como bem disse V. Ex<sup>a</sup> a Transamazônica e Itaipu são problemas brasileiros, embora isso não signifique unanimidade na Bancada de V. Ex<sup>a</sup> Ainda ontem, discutia-se a validade de Itaipu, e mencionava-se o absurdo da Transamazônica. No entanto, são obras que representam, não a redenção de uma região, senão a afirmação de um povo, e de uma Nação. Quando V. Ex<sup>a</sup>, depois de traçar, evidentemente com cores bem nítidas, os problemas nordestinos, parte para o exame da necessidade urgente da construção de Suape, como grande corredor de exportação, como um elemento deflagrador — vamos assim — da grande industrialização do Nordeste, V. Ex<sup>a</sup> está realmente tratando de um assunto da mais alta seriedade e que vai obter, sem dúvida nenhuma, o apoio integral de toda a Bancada da ARENA, nesta Casa, que de resto já a tem, através do Executivo que vem, de há longo tempo, estudando Suape, fornecendo, inclusive, recursos financeiros que, lamentavelmente, para todos nós, o Estado de Pernambuco não teria para fazer esses estudos. Quero, portanto, parabenizar V. Ex<sup>a</sup> na segunda fase do seu discurso, em que diz que Suape vai dinamizar o progresso nordestino. Embora não queira contestar as afirmações iniciais de V. Ex<sup>a</sup> — vamos estudar o assunto nestes termos: com otimismo, na certeza de que os problemas nordestinos existem, mas que há, por outro lado um Governo preocupado com esses problemas. Aí está o POLONORDESTE preocupado com a região nordestina; aí está o grande porto de Suape, de que V. Ex<sup>a</sup> fala — para solucionar o subdesenvolvimento desta área e tantas outras medidas aplicadas pela SUDENE, e programas especiais do Banco Nacional da Habitação. Estou com V. Ex<sup>a</sup> nas reivindicações embora, evidentemente, não conheça, como V. Ex<sup>a</sup>, e nem viva de perto os problemas nordestinos. Muito obrigado.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco) — Ficamos muito sensibilizados pelo aparte do nobre Senador Osires Teixeira, sobretudo porque traz também a sua convicção de que empreendimentos dessa envergadura não têm significado somente estaduais, ou regionais. Pode-se inclusive discordar, como foi dito por S. Ex<sup>a</sup>, de empreendimentos como a Transamazônica ou Itaipu. Mas ninguém negará que, uma vez decididas essas obras, pelos aspectos positivos que têm, pela dimensão que ostentam, necessariamente haveriam que ser empalmadas, como disse, pelo Governo Federal. Quanto ao quadro do Nordeste que pareceu tão negro a S. Ex<sup>a</sup>, procuramos, na análise que fizemos, apresentar algumas estatísticas, alguns dados comprovadores daquelas pinceladas que traçamos, todos tirados de fontes oficiais.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> adverte-nos que o tempo está esgotado. Respeitadores da lei, procuraremos concluir o presente pronunciamento.

Temos consciência de que, integrado na problemática nordestina, o fortalecimento de nossa vida econômica repousa, necessariamente, no atendimento de certos pressupostos, que dizem respeito à toda região. Entre eles incluir-se-ia, no processo desenvolvimentista do Nordeste, a reformulação de nosso programa de industrialização e, sobretudo, de nossa economia agrária. Mas, mesmo dentro do condicionamento deste quadro, sempre lutamos por medidas concretas que nos fizesse recuperar a posição de liderança econômica no contexto regional. Assim, ainda em 26 de agosto do ano passado (in Diário de Pernambuco) mostrávamos que:

"Para isso é mister que sejam convenientemente explorados os nossos recursos e vantagens locais. O revigoramento da agroindústria, notadamente a canavieira, a implantação de um pólo mecânico-metalúrgico, a instalação em Pernambuco da refinaria de petróleo — pela qual nos vimos batendo — a melhoria das instalações portuárias, são exigências, entre outras, de um desenvolvimento mais racional. Uma reformulação tributária, em especial no que diz respeito à atual sistemática do ICM, é também complementação essencial a esse desenvolvimento. Não se pode esquecer, igualmente, nesses propósitos de progresso, medidas de incentivo a uma maior absorção de mão-de-obra e de maior bem-estar para o povo. Nesse sentido, caberia a revisão do sistema de incentivos governamentais, para transferir ao Governo os encargos sociais, atualmente a cargo dos empresários, visando assegurar a implantação de grandes unidades industriais, largamente absorvedoras de mão-de-obra."

Fomos o primeiro Deputado a pleitear, na legislatura passada, a tão sonhada refinaria de petróleo para Pernambuco. É preciso revigorar o nosso pleito, mostrando desde quando e porque Pernambuco reclama, para seu território, a instalação de uma refinaria de petróleo. Igualmente em relação a outras reivindicações, que podem contribuir para o rompimento do estado de inércia em que nos encontramos.

Por outro lado, sempre julgamos prioritário o equacionamento da questão agropecuária, que entre nós registra um crescimento extensivo e de baixa produtividade. Por isso mesmo, está a exigir, do Governo, projetos verdadeiramente revolucionários, que tratam benefícios não apenas para uma minoria insignificante de produtores agrícolas. A pauperização progressiva das populações rurais de Pernambuco — e do Nordeste — pede uma intervenção decisiva e redentora para todo um povo. Sem isso se agravará, cada vez mais, a migração rural-urbana, de conseqüências tão desastrosas.

É preciso, pois, que haja uma multiplicidade de projetos que abarquem os vários aspectos de nossa problemática, sendo de esperar que Suape não monopolize a capacidade criativa do Estado.

Objetivos traçados em termos meramente econômicos podem trazer maior rentabilidade, mas não, necessariamente, benefícios para os vários setores da população. Indicadores econômicos globais, aumento do PIB ou de renda per capita, não resolverão o nosso grande problema, que é o das péssimas condições de vida em que se encontra a nossa gente.

Aqui permaneceremos, no Senado Federal, como representante de Pernambuco para emprestar o nosso apoio, independentemente de posições partidárias, a quaisquer obras que impliquem, de fato, no engrandecimento de nossa terra. E então, de mãos dadas a todos os pernambucanos, reivindicaremos as verbas e os apoios que se fizerem necessários à efetivação de tudo que nos leve, efetivamente, a um estágio de desenvolvimento que ofereça melhores condições de vida para nosso povo, para o Estado a que pertencemos e para o Nordeste, como um todo. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

#### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MARCOS FREIRE, EM SEU DISCURSO:

#### CIENTISTAS PROTESTAM CONTRA SUPERPORTO NA BAÍA DE SUAPE

Um manifesto condenando severamente o projeto de construção do complexo industrial e superporto na baía de Suape foi divulgado, ontem, no Recife, por um grupo de cientistas pernambucanos. Os signatários do documento são o ecólogo Vasconcelos Sobrinho, professor da Universidade Rural; os economistas Clóvis Cavalcanti, diretor do Departamento de Economia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e Renato Duarte, do curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal; os sociólogos Roberto Martins, coordenador do curso de Mestrado em Sociologia da Universidade

Federal, e Renato Carneiro Campos, diretor do Departamento de Sociologia do Instituto Joaquim Nabuco; o nutricionista Nelson Chaves, professor da Universidade Federal, e o historiador José Antônio Gonçalves de Melo, professor de História da UFPE.

Os cientistas condenam os danos à natureza advindos com a execução do projeto assim como a concentração de maciços recursos num só empreendimento e a falta de consulta à comunidade sobre sua conveniência.

O manifesto:

### A propósito de Suape

“Tem-se firmado como tradição do estilo recente de promover o desenvolvimento econômico — que se entende como aumento da renda per capita —, o lançamento pelo governo de grandes projetos de sua iniciativa, que as autoridades presumem consultar o interesse público e julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada. Esta é uma regra quase universalmente seguida, cuja validade não tem sido — a não ser em casos excepcionais — posta em dúvida. Isto não impede, todavia, que pessoas interessadas e grupos de indivíduos manifestem sua opinião a respeito de tais projetos e empreendimentos, reagindo contra a pretensão de transformar em verdade indiscutível a tradição autocrática de não fazer a confecção de grandes projetos ser precedida de consulta às aspirações da coletividade. Estas considerações vêm a propósito do intento do Governo de Pernambuco de implantar, a todo custo, em sítio privilegiado do Estado, um complexo industrial portuário. O Projeto Suape, cuja elaboração tem avançado no sentido da realização da obra, sem que atenção devida seja dada às vozes que manifestam oposição à iniciativa.

Pois bem, parece oportuno tornar público agora que a idéia de realização do complexo industrial portuário de Suape não é aceita pacificamente por todos os cidadãos que, além de pagar impostos, se sentem responsáveis pela elucidação de aspectos de interesse vital para a vida da população pernambucana. E não se trata, por outro lado, de mera reação suscitada por interesses feridos, a desses cidadãos preocupados com o bem-estar comum. O que há de relevante a examinar no que toca a Suape são variáveis que envolvem, inclusive, uma apreciação baseada em critérios puramente econômicos, dentro do figurino do mais rigoroso raciocínio analítico, da significação em termos sociais do projeto.

Em primeiro lugar, seja dado o destaque; ao decidir levar a cabo a idéia do complexo, o Governo tomou decisões quanto à alocação de recursos em Pernambuco que implicam em se recusarem muitos projetos menores, iniciativas em setores e regiões diversas do Estado, cuja necessidade de suporte econômico-financeiro conflita irrecusavelmente com os requisitos de Suape. Com efeito, a crer nas próprias informações do Governo pernambucano, o total de investimentos previstos para o complexo envolvendo recursos públicos e privados, e da ordem de três bilhões de dólares<sup>1</sup>, ou seja, cerca de 23 bilhões de cruzeiros<sup>2</sup>, cifra que é mais da metade dos fundos que se investirão, no período 1975-79, no colossal Programa de Industrialização do Nordeste e quase oito vezes mais que os recursos consignados ao Polonordeste nos anos 1975-77, ambos de iniciativa federal, e considerados projetos-impacto. É ocasião, então, de perguntar: que razão de benefício-custo ou que taxa interna de retorno norteou a decisão do Governo de Pernambuco, ou para ser menos sofisticado, que grandeza da relação capital-produto serviu de marco de referência para Suape? Se algum parâmetro dessa natureza foi usado — e não se concebe procedimento de outra forma, pois se este fosse o caso, perderia seriedade qualquer escolha envolvendo massa tão formidável de recursos sabidamente escassos — que alternativas serviram para a decisão tomada? Isto é, dado que Suape implica numa certa configuração do destino concebido para a alocação de recursos, é de se esperar que o Governo haja contemplado caminhos alternativos, configurações alternativas para o uso dos recursos envolvidos, de tal modo que, pesando benefícios e

custos das diversas rotas por que poderia optar, resolveu, avaliando através de coeficientes técnicos relevantes, seguir o caminho de Suape. Indaga-se: o Governo fez isto? Certamente que não, parece ser a resposta, tal a maneira quase histórica com que se saía do projeto, anunciado-se tão só suas vantagens, sem nenhuma alusão àquilo que os economistas em seu esoterismo vocabular classificam de custos de oportunidade.”

Esquecendo o aspecto acima, seria admissível transformar Suape em complexo industrial portuário, se não fosse possível conceber para o local utilizações alternativas e se não houvesse opção para o que ali se encontra. Assim, de um prisma estritamente econômico, a decisão do projeto continua controvertida, na medida em que Suape permite imaginar outros usos para sua feliz dotação de beleza natural e de outros recursos para o lazer, além de ser sítio histórico do maior interesse. A idéia do turismo, por exemplo, vem de imediato à mente quando se pensa em aproveitar recanto de tão comovente harmonia estética. Uma rigorosa avaliação não poderia indicar relação benefício-custo mais alta no caso do turismo do que no do complexo imaginado? Esta é uma indagação de cuja objetividade não se pode escapar e que deveria, para ser aceita a decisão do projeto em andamento, ter sido pesada e confrontada com a obsessão em que se transformou a implantação do parque industrial e pólo portuário de Suape. Afinal de contas, vai se permitir que o governo sacrifique um número incalculável de projetos de menores dimensões, mas de alcance social talvez maior, investindo formidável e maciçamente numa obra que pode até — se faltarem fundos em instantes críticos — terminar como um dos mais conspicuos elefantes brancos da megalomania, algo irresponsável de tantos exemplos da atividade governamental no Brasil? Suape como projeto é muito mais do que simples distrito industrial, do que um açude ou um empreendimento da agroindústria. Vale a pena meditar cuidadosamente, pois, nos retornos totais e nos custos completos, diretos e indiretos, sociais e privados — da iniciativa. Vale a pena também refletir no fato de que os possíveis empreendimentos que se dizem atraídos por Suape são frutos de entendimentos verbais com grandes grupos multinacionais, e que esses entendimentos não necessariamente resultarão em inversões. Deformando-se a paisagem com obras de infra-estrutura que transformarão Suape em feio canteiro de obras e que eventualmente poderão não ter utilidade, se os investimentos não forem cristalizados, ter-se-á cometido o crime irreparável de deformar a paisagem e profanar um sítio histórico — tudo isso em vão.

Toda a viabilidade do empreendimento, aliás, arrima-se em análises pouco cuidadosas, conforme transparece de detido exame do material preparado pelo consórcio responsável pelos estudos de base do projeto, sob a liderança da TRANSCON. De fato, o grupo técnico que definiu em documento para a DIPER a viabilidade de Suape buscou amparar-se em instrumentos metodológicos de rigor bastante discutível, usando para projeções que atingem até o ano 2005 hipótese cuja solidez é frágil e cuja confiabilidade não merece respeito. Dessa forma, pairam dúvidas enormes, de natureza técnico-econômica, acerca da comprovação de que o Projeto de Suape é viável. Basta mencionar a esse propósito, que as projeções de demanda que lastreiam a recomendação de quais indústrias localizar no complexo padecem de erros analíticos e que as previsões relativas ao comércio internacional não são visceralmente ligadas a estudos sérios que caracterizem perspectivas realísticas para o intercâmbio de bens e serviços em escala mundial nos próximos 25 anos. Na verdade, especular sobre tendências deste jaez não tem sido tarefa que, mesmo aos mais argutos observadores da conjuntura internacional — gente do porte de Kindleberger, Triffin ou Haberler —, tenha proporcionado gratificação intelectual, haja vista as inesperadas mudanças decor-

(<sup>1</sup>) Segundo Governo Eraldo Gueiros Leite. Assim Servi a Pernambuco, Recife, março de 1975, p. 19.

(<sup>2</sup>) Não se sabe a que período os gastos se referem, nem tampouco qual a base dos preços utilizada, mas acredita-se que esta seja de preços de inícios de 1975.

rentes da crise de abastecimento de petróleo desde outubro de 1973. Neste interim, incidentalmente, mudaram inclusive parâmetros essenciais da própria concepção original do Projeto de Suape, de que é exemplo a reabertura do Canal de Suez, um elemento com que não contavam arautos das primeiras manifestações a favor do complexo.

Para aparelhar Pernambuco de porto satisfatório existe alternativa, considerada inclusive nas recomendações do tantas vezes lembrado Padre Lebrez e que com o passar do tempo vai se tornando cada vez menos viável, de ampliação e modernização do ancoradouro do Recife, uma opção que interferiria, é certo, com o tumultuado processo de desenvolvimento urbano da capital pernambucana, alterando algumas das referências atualmente utilizadas. Esta interferência, entretanto, teria um custo social provavelmente inferior ao de semelhante emprego de capital no caso de Suape.

Diz-se, por outro lado, que o complexo é defensável por oferecer uma senda segura para o insatisfatório grau de desenvolvimento de Pernambuco. Mas por que só entra Suape na concepção de um programa de expansão econômica efetiva para o Estado? Se convenientemente aproveitadas as vantagens turísticas pernambucanas — a cidade de Olinda, o Recife mesmo, Nova Jerusalém e as praias da costa estadual vêm de pronto à memória — poder-se-iam, quicá com bem menor volume de recursos, lograr êxitos na trilha do desenvolvimento mais notáveis do que com um projeto de Suape de sucesso imprevisível.

Uma palavra por outro lado para o admirável cenário verdeadeiro patrimônio artístico, que a natureza ergueu em Suape. Pode-se apodar de romântica a posição mas o fato é que, se não houvesse outra escolha econômica para o local em questão a não ser o porto e se os recursos que este envolve estivessem efetivamente sendo otimizados nesta utilização comparativamente com qualquer outra, ainda caberia discutir a sabedoria de se alterar irreversivelmente a paisagem de que Suape foi dotada. Permitir que no sítio escolhido se construa um porto e um complexo de fábricas implica em perda definitiva de uma riqueza que faz parte do acervo de Pernambuco. Isto, em qualquer raciocínio analítico, representa um custo. Lamentavelmente, sua exata magnitude não pode ser aquilatada, de modo a que uma decisão calcada em método ortodoxo de quantificação possa ser tomada. Não obstante, é lícito especular sobre se os benefícios esperados no longo prazo superarão com tranqüila margem aquilo que se estima serem os custos decorrentes do sacrifício que se imporá à paisagem — para não trazer à balha problemas igualmente relevantes relacionados com a poluição do meio ambiente que grandes projetos industriais inevitavelmente acarretam. Podem os autores do estudo de viabilidade de Suape alegar que foi considerada a questão do turismo, que o projeto reservou uma área para tal etc. Mas, conhecendo-se a experiência dos sítios industriais no mundo inteiro e lembrando-se como se apresentam suas áreas vizinhas, cinzentas e deformadas, pode-se esperar que Suape seja capaz, de fato, de oferecer ambiente para o lazer — como acontece admiravelmente agora e como ocorreria na hipótese da solução turística? Não é só Suape que pagará, em termos de mutilação do meio ambiente e de deterioração da qualidade da vida, por conta do complexo que se deseja irrefletidamente, no sentido aqui comentado, instalar ali. Todo um conjunto de recantos preferidos por uma população que se descobre asfixiada no ambiente despojado de locais de finalidade recreativa do Recife serão também sacrificados, numa proporção cujos contornos certamente se ignoram no momento. A esse propósito, parece oportuno sugerir que o governo pernambucano siga o bem sucedido e pouco divulgado exemplo do governo do Rio Grande do Sul, o qual concebeu e implantou o Parque Estadual da Praia de Torres à base de um projeto de Burle Marx que, harmonizando inteiramente o cenário local com as inevitáveis necessidades de infra-estrutura, criou ambiente de grande atração turística e lazer.

Não se ponha de lado, por último, a significação histórica de Suape, tão pouco enfatizada nos raros debates que sobre o projeto

têm ocorrido à luz da opinião pública. Ainda hoje são frequentes os achados arqueológicos de indiscutível importância que têm sido feitos no local, peculiaridade que por si só deveria levar ao tombamento da área como parte do patrimônio que a história da epopéia pernambucana nós legou.

Tudo isso exige que se tome uma posição. Que se denuncie a fragilidade de um planejamento exclusivamente voltado para a promoção tacanha da produção de mercadorias e da renda per capita, não importando que custos a sociedade está pagando por esse esforço orientado pela busca apenas de maior bem-estar material. Que se considerem a experiência e sobretudo os equívocos cometidos pelos países já industrializados e que hoje lamentam a tomada de certas decisões pouco sábias, inclusive e principalmente no que se refere à detestada e combatida poluição do meio ambiente. Agora mesmo, quando o Brasil protesta de forma uníssona e veemente diante da tentativa — felizmente frustrada do governo finlandês de jogar uma carga de arsênico em forma de lixo no Atlântico Sul, convém que se enfatize o perigo que é para nosso mar a instalação de fábricas gigantes de fertilizantes e de alumínio junto à costa pernambucana, a lançar continuamente seus excrementos industriais em águas que ora são admiradas por uma festejada e cada vez mais rara pureza. Ainda é tempo de se reformar o esquema de Suape. Assim, nada mais justo que o governo se disponha a abrir o debate técnico em torno do complexo, de modo a que a responsabilidade daqueles que antevêm os ônus que recairão sobre a sociedade em decorrência da efetivação da obra possa ser resguardada. E que se evite o ufanismo oficial pouco sadio que chega a proclamar Suape como empreendimento irreversível, numa tentativa de fazer com que a população o aceite sem oposições, como fatalidade do crescimento econômico — que não é”.

**Clóvis Cavalcanti** — professor da Universidade Federal de Pernambuco (Economia do Meio-Ambiente, do Mestrado de Economia) e diretor do Departamento de Economia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

**Renato Duarte** — professor do Mestrado de Economia e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE.

**Roberto Martins** — coordenador do Mestrado de Sociologia da UFPE.

**Nelson Chaves** — professor titular da Faculdade de Medicina da UFPE e consultor científico do Instituto de Nutrição da UFPE.

**José Antônio Gonçalves de Melo** — historiador e professor titular de História da UFPE.

**Renato Carneiro Campos** — diretor do Departamento de Sociologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

**João Vasconcelos Sobrinho** — chefe da Estação Ecológica de Tapacurá e professor titular de Ecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

#### NOTA OFICIAL DIZ QUE A POSIÇÃO DOS CIENTISTAS SOBRE SUAPE É EMOCIONAL

O Serviço de Imprensa de Pernambuco distribuiu ontem nota a propósito de um manifesto contra a implantação do Complexo Industrial de Suape, na qual assegura terem os seus autores analisados de forma superficial a iniciativa do Governo do Estado e tomado uma posição emocional quanto às implicações do projeto.

De acordo com a nota do Serviço de Imprensa de Pernambuco, o projeto do Complexo Industrial de Suape não tem as falhas apontadas no documento. Assim, nega a nota que não tenha havido consulta à comunidade, nem tampouco preocupação rigorosa com relação aos seus resultados econômicos e sua influência no equilíbrio ecológico.

#### Argumentos

É a seguinte, na íntegra, a nota do Serviço de Imprensa: O documento foi analisado pelos técnicos que apenas encontraram bases

emocionais e pressa na crítica, com total desconhecimento do assunto. Por exemplo: ao falar que "a alocação de recursos públicos e privados é da ordem de três bilhões de dólares, ou seja, 23 bilhões de cruzeiros", distorce um dado real e lança um argumento falso: as previsões para recursos de três bilhões de dólares não se relacionam com infra-estrutura, como deseja fazer crer o documento, mas sim com captação de investimentos em grandes projetos industriais, capazes de gerar riquezas para o Estado e sua comunidade.

E essa captação é prevista para os próximos cinco anos. Acreditamos que esse número será duplicado com o tempo do projeto dez anos. Em infra-estrutura o custo total será de 2 bilhões de cruzeiros. Isso, em relação ao benefício, é altamente compensador. Pecam, portanto pela distorção, as conclusões que os signatários quiseram apresentar como corretas perante a opinião pública.

Quanto ao aspecto social do projeto — continua a nota — ele por si só e pelo fato de estar enquadrado no II Plano Nacional de Desenvolvimento, é um projeto de área metropolitana, com alcance bem definido: "ele trará emprego, melhorará as condições de vida das populações do Estado e dará condições de aumentar a produtividade dos campos de Pernambuco e da região". Ele absorverá o excedente da população do meio rural da microrregião onde se localizará.

O Projeto do Complexo de Suape não obriga o Governo a recusar nenhum projeto menor. Pelo contrário, ele integrará Pernambuco a um processo de industrialização sólida, pois suas indústrias têm poder germinativo podendo atrair outros empreendimentos fabris, tanto urbano quanto agroindustriais.

Desse modo — diz a nota — o documento não pode falar em análise pouco cuidadosa, até porque nesse aspecto entra em contradição, pois alega ao fazer a defesa ecológica do local, que as indústrias pesadas, fruto dessa análise, poderão poluir o local. E quanto à poluição não existe esse perigo: há no projeto e será executado, uma central de tratamento de resíduos, que os autores do documento não enxergaram. Há, também, uma barreira de proteção ecológica, com reflorestamento, etc.

Quanto à possibilidade de vir a faltar recursos, não se pode admitir, tendo em vista a decisão de dois Governos, o Federal e do Estadual.

Essa decisão está expressa no Programa do Governo Estadual no II PND e no POLONORDESTE.

Quanto à afirmação de que as perspectivas existentes "são frutos de entendimentos verbais" a resposta está nos documentos de grupos empresariais solicitando participação nos pólos de fertilizantes, de alumínio, de cimento, de siderurgia de indústrias mecânicas e eletromecânicas.

Outro aspecto distorcido do documento é a alegação de que não houve consulta às lideranças da comunidade. As consultas se fizeram, pois a Assembléia Legislativa aprovou o projeto, através do PRAC, e os órgãos de classe e Clube de Serviço debateram e deram seu apoio. A Assembléia Legislativa inclusive, enviou aplausos ao Presidente Ernesto Geisel, pela inclusão do Projeto Suape no II PND. Por sua vez, o Conselho Estadual de Cultura, sob a presidência do Mestre Gilberto Freire, louvou o projeto por sua preocupação em preservar os sítios históricos e cuidar da defesa do meio ambiente.

Não há, portanto, a possibilidade de Suape tornar-se um "feio canteiro de obras". Por tudo isso, é lamentável que se pretenda criticar um projeto, argumentando em benefício de alguns (turistas) e em detrimento de todos, do desenvolvimento, que é o objetivo final."

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Mendes Canale, orador inscrito.

**O SR. MENDES CANALE (Mato Grosso) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Honrados que fomos com a designação da Mesa Diretora desta Casa, para a representarmos — juntamente com os ilustres Senadores Benjamim Farah e Saldanha Derzi —, na 37ª Exposição

Agropecuária e Industrial de Campo Grande, levada a efeito no mês que findou, tivemos a satisfação de participar das solenidades de abertura daquele certame, promovido pela Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, sob o patrocínio do Governo do Estado.

Ao agradecermos à Mesa Diretora e, especialmente, ao preclaro Presidente Magalhães Pinto a distinção da representação, o que fazemos, também, em nome dos ilustres Senadores nomeados, permitimo-nos tecer — em rápidas passadas — considerações que terão, ao lado do objetivo de registrarmos o cumprimento da missão que nos fora confiada, o sentido de marcarmos, ao primeiro pronunciamento que fazemos nesta Casa, como Senador eleito pelo Estado de Mato Grosso, a nossa linha de conduta e de ação, dentro dos princípios partidários, mas, acima de tudo e invariavelmente, na observância constante do compromisso que prestamos frente aos senhores e perante a Nação; pois, nunca desmentimos a nossa vocação partidária e com ela o culto devotado ao regime democrático.

A Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, há 37 anos, vem promovendo a realização de certames de natureza agropecuária e industrial, com o objetivo de incentivar aqueles que têm suas atividades voltadas e desenvolvidas dentro desses mencionados setores da economia do nosso Estado.

Quem, como nós, vem acompanhando a realização dessas exposições, na sua seqüência anual, pode bem atestar, através das mostras que, em cada setor, se sucedem, de ano para ano, o crescente desenvolvimento e o seu aceleração, nestes últimos tempos, quando o homem aceitou o desafio de partir da produção para a produtividade.

A mudança de mentalidade, com a aceitação da introdução de métodos novos, recomendados pela técnica moderna, baseada em experiências comprovadas, constituiu ponto fundamental, para que se pudesse, em curto espaço de tempo, atingir essa transformação.

A exposição agropecuária de Campo Grande, faz sentir, a par da demonstração da riqueza produzida pelo Estado de Mato Grosso, a sua participação efetiva no desenvolvimento da economia nacional.

O seu elevado e bem posto rebanho bovino — riqueza básica da sua economia — tem contribuído de forma marcante, ao lado da sua florescente e já desenvolvida agricultura, nessa grande arrancada de progresso que o Brasil hoje experimenta.

Em todos esses encontros — de autoridades, de homens responsáveis pela geração de riquezas e de povo — que sempre disseram bem alto do desenvolvimento agropecuário do Estado, o da 37ª exposição teve uma significação a mais, um sentido histórico e um marco de grandeza nacional.

Transpondo a sua finalidade específica, de conagração entre as classes produtoras, governo e povo, no que foi possível àquela produzir de melhor no campo em que atua, serviu, também, com muita honra para os mato-grossenses, e, especialmente, para os campo-grandenses, como ponto de encontro de dois Presidentes de Nações amigas. Assim, entre as solenidades festivas da economia do Estado, dois homens — responsáveis diretos pelos destinos de duas nações irmãs, como pertencentes que são ao mesmo continente — se encontravam para tratar de assuntos de interesses recíprocos de seus países. Mato Grosso teve, portanto, a grande honra de hospedar o Presidente Alfredo Stroessner, da República do Paraguai, e o eminente Presidente Ernesto Geisel, que, com acerto e decisão, orienta os destinos nacionais.

O Presidente Geisel, ao saudar o Presidente visitante, expressando a saudação de recebê-lo em território brasileiro, ressaltou que a satisfação era maior, ainda, por fazê-lo na "próspera cidade de Campo Grande, que bem simboliza as transformações pelas quais passa o Brasil, inclusive o Estado de Mato Grosso, em nossa incansável busca de um futuro melhor — enfatizou o nosso Presidente.

**O Sr. Itálvio Coelho (Mato Grosso)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. MENDES CANALE (Mato Grosso)** — Com muito prazer.



**O Sr. Itálvio Coelho** (Mato Grosso) — É com muito prazer que aparteio V. Ex<sup>a</sup> que declarou estar debutando nesta tribuna tão digna, e que se sente honrada com a presença e com a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, o que para nós, constitui um fato histórico, porque se trata de um brilhante e jovem Senador, atuante político mato-grossense.

**O SR. MENDES CANALE** (Mato Grosso) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo "jovem".

**O Sr. Itálvio Coelho** (Mato Grosso) — Os cabelos o atestam. V. Ex<sup>a</sup> usa da palavra no mesmo dia em que esta Casa teve o prazer de receber aquele valoroso tribuno, que representou Mato Grosso por mais de duas décadas no Senado Federal e por três, no Congresso Nacional, o Senador Villasboas, que hoje nos honrou com sua visita. V. Ex<sup>a</sup> se refere ao encontro do Presidente brasileiro com o Presidente da República paraguaia, na cidade de Campo Grande. O motivo principal, à parte os laços de amizade que unem essas duas nações irmãs, é esta, surpreendentemente contestada, Itaipu, que nos enche de entusiasmo — particularmente a nós do Paraná e de Mato Grosso, que somos tão ligados à República do Paraguai. V. Ex<sup>a</sup> sabe que os dois Presidentes foram lá para se sentirem ainda mais unidos nos esforços dessa obra gigantesca. Mas o País não progredirá, se não tiver entusiasmo, a fé dos seus filhos, a disposição e o esforço no trabalho. O Presidente Geisel e o Presidente Stroessner alicerçaram-se no entusiasmo e na fé do povo mato-grossense, que conta com o entusiasmo e a fé também de uma parcela de pernambucanos que, em Mato Grosso, acreditam no futuro do Brasil e de Pernambuco, e de lá vieram — eu sei — deixando a semente da confiança dos mato-grossenses na realização de Itaipu e no prosseguimento da batalha do progresso que se trava naquelas campinas mato-grossenses. Muito obrigado.

**O SR. MENDES CANALE** (Mato Grosso) — Sou eu quem agradece ao ilustre Senador o seu aparte, e, com satisfação, o incorporei ao meu pronunciamento.

A lembrança de V. Ex<sup>a</sup>, querendo fazer esse paralelo entre o orador que se encontra na tribuna e a pessoa ilustre, tão querida e respeitada por todos nós, do Senador Villas-Boas é um elogio muito grande para nós. O aparte de V. Ex<sup>a</sup> é como que uma seqüência daquilo que ainda vamos dizer aqui, é a forma que pode bem atestar que nós, do Estado de Mato Grosso, estamos muito afinados nos nossos sentimentos e no pensamento que nos irmana.

Ao focalizar o encontro, que teve como ponto de reunião aquela exposição agropecuária, ressaltou o Presidente Geisel a oportunidade das mais adequadas para reconhecer o esforço que se realiza naquela parte do Oeste brasileiro, "mediante a diversificação da estrutura de suas atividades produtivas, aliando o esforço humano à exploração das dadas ricas riquezas naturais que a terra proporciona."

"Tanto o Brasil como o Paraguai se encontram, no momento presente — acentuou o Presidente Geisel — em plena aceleração das transformações de caráter econômico e social que apontam, não somente para o fortalecimento da estrutura produtiva tradicional, de base agropecuária, que se moderniza e cresce em racionalidade, mas, ao mesmo tempo, ensejam o surgimento de novos ramos de atividades de caráter industrial."

Dizendo do igual desejo de dinamizar as atividades econômicas, que produzem e garantem o aumento da qualidade da vida das populações do Brasil e do Paraguai e da longa tradição de convivência reinante entre os dois povos, afirmou ser daí "que se originam os traços permanentes e característicos do nosso relacionamento, cotidianamente fortalecido pelo espírito de mútua compreensão, inabalável firmeza e realismo pragmático que preside às políticas externas dos dois países".

Após afirmar que — Brasil e Paraguai — identificados no que se refere aos principais temas da estrutura das relações internacionais, as quais "revigoram, criam e fortalecem vínculos cada vez mais

estritos que expressam altos interesses comuns nos domínios político, econômico e comercial", buscam os dois países — afirmou — "com franqueza e lealdade, maximizar os produtos das negociações empreendidas e criar as condições adequadas para uma aproximação cada vez maior e mais fecunda", concluiu o Presidente Geisel: "A reunião que hoje celebramos, Sr. Presidente — referindo ao Presidente Alfredo Stroessner — constituirá — estou certo — mais uma instância de verificação da exemplar vocação de nossos dois Governos em não poupar esforços para dotar de vigor ainda maior a estrutura de fraternal relacionamento que nos une e que se revela uma das garantias mais seguras do êxito que perseguem nossas políticas nacionais, voltadas para o preenchimento de todos os requisitos necessários à plena consecução dos mais altos anseios dos povos brasileiro e paraguaio em termos de progresso, felicidade e justiça".

Permitimo-nos, aqui ressaltar, ainda, Sr. Presidente e Srs. Senadores, trechos do discurso do Presidente Alfredo Stroessner, por ocasião daquele significativo encontro.

Logo ao início da sua saudação ao povo brasileiro, "nesta hora — disse — de paz, de trabalho e desenvolvimento, que são fatores para integração física e espiritual de nossos países — prosseguiu afirmando — "nossos tempos são de definições, claras e precisas. São muitas as nações que enfrentam problemas energéticos, base de sua indústria e alavanca de seu progresso", para enfatizar — "é-me grato assinalar que o colossal projeto de Itaipu, em plena marcha, é o símbolo da cooperação e amizade entre o Paraguai e o Brasil, e junto com outras realizações positivas se enquadram dentro da política do trabalho, que é o signo e meta de nossos esforços construtivos". Tratando o Presidente Geisel como grande amigo do Paraguai e dizendo-se "emissário da fraternidade" da sua pátria, fez referência especial, ao que designou — "expressão eloqüente do alto pensamento de irmandade que testemunham as excelentes vinculações" entre os dois países, a Declaração Conjunta de 26 de abril de 1973, especialmente no que se relaciona — acentuou — com o desenvolvimento integral do Departamento do Alto Paraná" do seu Governo. E, antes da saudação final de estilo, fazendo referências às notas reversais de 8 de janeiro do ano em curso e de outros instrumentos relativos à aplicação do Tratado de Itaipu, concluiu definindo-os como sendo "testemunhos de uma nobre vontade encaminhada e materializa — disse — nossos projetos, sob o signo da sincera amizade".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se nos fora dado assistir, ao lado do encontro presidencial realizado, uma exposição que honra a laboriosa classe produtora do nosso Estado, cumpre-nos ressaltar que o nível de desenvolvimento acentuado — a que nos referimos inicialmente — muito se deve, à soma do trabalho edificante dos homens que dedicam as suas atividades ao setor agropecuário, as medidas adotadas e introduzidas pelos Governos da Revolução, no sentido de acelerar o estágio da economia de Mato Grosso, para integrá-lo, definitivamente, no processo do desenvolvimento nacional.

**O Sr. Saldanha Derzi** (Mato Grosso) — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Comunico que está finda a Hora do Expediente. Consulte a Casa se poderei prorrogar por mais 10 minutos a Hora do Expediente para que o orador conclua o seu discurso. (Pausa.) Não havendo objeção da Casa, está prorrogada a Hora do Expediente.

V. Ex<sup>a</sup> continua com a palavra.

**O SR. MENDES CANALE** (Mato Grosso) — Muito agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> com muita honra, Senador Saldanha Derzi.

**O Sr. Saldanha Derzi** (Mato Grosso) — Eminentíssimo Senador Mendes Canale, estamos ouvindo com atenção a brilhante estréia de V. Ex<sup>a</sup> na tribuna, em assuntos palpitantes que está abordando neste momento, especialmente na oportunidade que teve Mato Grosso,

particularmente Campo Grande, de receber a visita dos dois grandes Presidentes: da Nação paraguaia e do nosso País, o querido Presidente Geisel. Realmente foi um encontro que propiciou oportunidade a que o povo de Mato Grosso desse realmente uma demonstração de carinho àquelas duas grandes figuras da América do Sul. Sinto-me, especialmente, orgulhoso porque recebi a missão de S. Ex<sup>a</sup> o Governador de Mato Grosso de ir a Assunção para convidar o Presidente Stroessner. S. Ex<sup>a</sup>, aceitando de imediato a visita a Mato Grosso porque, disse S. Ex<sup>a</sup>, queria ter oportunidade de visitar mais uma vez essa terra, esse povo que S. Ex<sup>a</sup> tanto aprecia; o povo brasileiro, e especialmente aquele Estado que estava dentro do seu coração, que é o nosso querido Estado de Mato Grosso. Realmente o Presidente Stroessner, na oportunidade em que se referiu à grande colaboração do Governo brasileiro para essa monumental obra de Itaipu, reportou-se também, ao Programa de Desenvolvimento do Alto Paraná em que o Brasil está dando, mais uma vez, a colaboração para o estudo do aproveitamento energético de todas as possibilidades do Paraguai, naquela região. Realmente o Paraguai, com Itaipu, já deu a sua arrancada para o desenvolvimento e necessitará de energia para a sua industrialização, e o Brasil, dando a sua colaboração para que outras fontes de energia fossem estudadas e para que Itaipu constasse dos compromissos internacionais do Brasil e do Paraguai pelo prazo por vinte anos. Temos certeza de que essa colaboração do Brasil e do Paraguai será um marco de desenvolvimento para a grande Nação guarani e para a região Centro-Sul da nossa querida Pátria. Eu me parabeno com V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante discurso e pelos assuntos que V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa.

**O SR. MENDES CANALE (Mato Grosso)** — Agradecemos ao nobre Senador Saldanha Derzi suas expressões e, com satisfação, incorporamos seu aparte ao nosso pronunciamento.

Alinharemos, assim, — em trechos rápidos —, esses dados, com o sentido de oferecermos uma visão panorâmica do desenvolvimento agropecuário do nosso Estado, dentro da política que vem sendo adotada pelo Governo federal, visando a maior e melhor produtividade de riquezas básicas com que tem Mato Grosso concorrido para o fortalecimento da economia nacional.

Com uma extensão territorial de dimensões continentais e uma população relativamente rarefeita, zonas dotadas de excepcionais condições de localização, de solo, de clima e de relevo, reunindo as melhores condições para o desenvolvimento das atividades agropecuárias em níveis modernos de exploração, não tinha, o nosso Estado, contudo, merecido dos poderes constituídos, aquela atenção especial que conduziu ao pleno aproveitamento de sua condição de região-solução para o prosseguimento, em altas taxas, do processo de desenvolvimento nacional.

Inicia-se com o Governo Médici uma nova fase para o Mato Grosso. Através do PRODOESTE, com um amplo programa de transportes e comunicações permite-se a integração do Estado com os principais centros de consumo do País, o que resulta por promover um amplo processo de ocupação territorial, estimulando a conversão de capital privado para as atividades agropecuárias do Estado.

Pôde, assim, Mato Grosso ver interligados por rodovias asfaltadas os seus principais centros urbanos e de produção, através de uma rede rodoviária asfaltada de cerca de dois mil quilômetros de extensão, e mais de quatro mil quilômetros de estradas vicinais, realizadas pelo governo do Estado, através de linha de crédito proporcionada por aquele programa, ao tempo em que via atravessados os seus cerrados e seus campos pelas torres de telecomunicações que colocaram-no em contato com o sistema brasileiro.

Ao lado desses dois importantes setores, soma-se a grande transformação por que passa o Estado no campo energético, quer na expansão da energia gerada por Urubupungá, na área sul do Estado, quer na interligação do sistema da região norte e leste, com força gerada por Cachoeira Dourada.

Experimenta, Mato Grosso, assim, um rápido processo de desenvolvimento, mercê de um fluxo migratório intenso no início

desta década, que fez com que a taxa de elevação de sua população evoluísse a níveis superiores a 10% ao ano, somente superada no País pelo crescimento da população da região geoeconômica de Brasília. Essa migração, formada em sua maioria de agricultores gaúchos, catarinenses e paranaenses, dirige-se principalmente ao extremo sul do Estado na chamada região do grande Dourados, e imprime em seu setor agrícola um vertiginoso surto de crescimento, tanto em termos de expansão da sua área plantada — que cresce em mais de 225%, de 1969 a 1974 —, quanto em volume físico de produção, fazendo por situar hoje o nosso Estado como importante produtor de soja e entre os três primeiros produtores de arroz.

Fato importante a ressaltar é que o fluxo migratório para essa região se processou através da transferência de agricultores já tradicionais nos seus Estados de origem o que, a par de possibilitar um verdadeiro salto tecnológico no setor agrícola do Estado, pela introdução de novos métodos de cultivo, está ensejando uma importante transformação estrutural no setor, com o desenvolvimento de novas culturas — do soja, do trigo, etc —, em áreas onde predominaram as atividades extrativistas do mate e da madeira, ao lado do criatório extensivo.

Já em dias atuais, um outro Governo da Revolução — o Governo do Presidente Geisel —, logo ao iniciar-se, sensível aos problemas do setor rural brasileiro, elege como ponto prioritário a agropecuária. E, nos primeiros dias de seu Governo, demonstrou já, compreensão do enorme papel que as potencialidades do Estado representam para o prosseguimento desse modelo de crescimento, que vem animando o Brasil em sua ação continuada de progresso, e lança suas atenções para o Mato Grosso, definindo e instituindo o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal — PRODEPLAN — ora em plena execução e que, com recursos da ordem de 660 milhões de cruzeiros, promoverá a completa integração daquela vasta região do Estado, através de investimentos em estradas (240 milhões), energia (180 milhões), saneamento básico (115 milhões), industrialização (55 milhões), pesquisas (35 milhões) e assistência técnica (35 milhões), além de linhas de crédito rural no valor de 500 milhões.

É de se observar que os programas especiais definidos caracterizam-se por uma constante preocupação: aquela de dotar o Estado de uma infra-estrutura de apoio ao processo produtivo e que lhe permitisse integrar-se ao todo brasileiro e que ensinasse a sua "redescoberta" pelos capitais e empresários dos grandes centros do País. Mas, não contente com este procedimento e animado pelos resultados recentes da performance da economia mato-grossense e confiante, ainda, nas suas mais amplas possibilidades define-se um novo programa especial para a área dos Cerrados — o chamado POLOCENTRO — Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.

Abrangendo três Estados centrais do País, Minas, Mato Grosso e Goiás, este programa vai mais longe em seus objetivos, buscando influir no âmago mesmo da unidade da produção agropecuária — a fazenda — sem se descuidar, no entanto, dos aspectos infra-estruturais. Com recursos totais da ordem de Cr\$12,0 bilhões, dos quais Cr\$ 10,0 bilhões em linhas de crédito e incentivos ao reflorestamento e 2 bilhões em investimentos diretos, propõe-se a implantar, só em Mato Grosso, cerca de 2.300 Km de estradas vicinais, 400 mil toneladas em armazéns e silos, 400 mil toneladas em instalações para moagem de calcário, além de eletrificação rural e crédito à mecanização agrícola, fertilizantes e corretivos, pesquisa e assistência técnica.

Eis o elenco de programas, que, somados ao PROTERRA, ao PIN e a ação da SUDAM na Amazônia Mato-grossense, pode dar-nos uma idéia da real atenção que o Governo Federal empresta ao papel esperado de Mato Grosso no processo de desenvolvimento nacional, papel este que parece muito próximo de confirmar o vaticínio de São João Bosco — muito popular no Estado — que, no Centro-Oeste, não predisse somente o nascimento de Brasília, mas, predisse também o surgimento, nos chapadões mato-grossenses, do Grande Celeiro que saciaria a fome da humanidade.